



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 2025.000015833-8

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de 03 (três) telas interativas de grande formato, com no mínimo 75 polegadas, resolução 4K, multitoque, áudio integrado com potência mínima de 20W RMS, compatibilidade com sistema operacional Windows, Android (atualizado) e OPS, conectividade e espelhamento sem fio, e 03 (três) kits de videoconferência profissional, câmara com resolução mínimo Full HD, microfone com captação de no mínimo 6 metros e compatibilidade com plataformas de mercado, a serem instaladas em três salas localizadas no mezanino do Plenário: uma sala com 13 lugares, uma sala com 10 lugares e uma sala de treinamento com capacidade para até 20 participantes.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A aquisição dos equipamentos justifica-se pela necessidade de modernizar a infraestrutura tecnológica das salas do mezanino do Plenário, proporcionando condições adequadas para a realização de reuniões e treinamentos de forma eficiente, interativa e integrada a recursos digitais.

Os equipamentos destinam-se a assegurar condições adequadas para a realização de reuniões institucionais e administrativas de diferentes naturezas, abrangendo encontros presenciais, remotos e híbrido, reuniões de grupos de trabalhos, comissões e outras atividades que demandem interação colaborativa. No caso da sala de treinamento, os equipamentos serão prioritariamente em cursos, capacitações, workshops e reuniões ampliadas, garantindo suporte tecnológico compatível com as necessidades de comunicação e aprendizagem.

As telas interativas e os kits de videoconferência, em conjunto, permitirão:

- a) Aprimorar a dinâmica das reuniões e treinamentos com recursos multimídia, proporcionando maior interação, engajamento dos participantes e aproveitamento dos conteúdos;
- b) Garantir qualidade de áudio e vídeo nas videoconferências, facilitando a comunicação com usuários internos e externos, assegurando clareza na troca de informações;
- c) Reduzir custos operacionais e logísticos, ao permitir a participação remota de servidores, conselheiros e parceiros institucionais sem necessidade de deslocamentos físicos;
- d) Contribuir para a eficiência administrativa e tecnológica, em consonância com as demandas atuais de transformação digital no setor público;
- e) Atendimento à política de transformação digital e governo eletrônico, garantindo modernização contínua da infraestrutura, alinhada às recomendações de órgãos de controle e boas práticas de gestão pública;
- f) Inclusão e acessibilidade, possibilitando que participantes em diferentes localidades, inclusive aqueles com restrições de mobilidade, possam acompanhar integralmente as atividades, reforçando o caráter democrático e participativo;

- g) Padronização tecnológica das salas de reunião, assegurando homogeneidade de recursos, evitando soluções fragmentadas e ampliando a usabilidade por diferentes perfis de usuários;
- h) Suporte à gestão do conhecimento, permitindo gravação, compartilhamento e arquivamento de treinamentos, reuniões e workshops, facilitando a disseminação de informações e o reuso do conteúdo institucional;
- i) Valorização dos recursos humanos, ao oferecer ambiente mais moderno, atrativo e tecnológico, estimulando a produtividade, inovação e colaboração entre equipes;
- j) Mitigação de riscos de descontinuidade em atividades críticas, já que a infraestrutura permitirá manter reuniões deliberativas e técnicas mesmo em situações de impossibilidade de encontro presencial.

Assim, a contratação atende a uma necessidade estratégica da instituição, promovendo inovação, acessibilidade e otimização do uso dos espaços no mezanino do Plenário.

### **3. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:**

O objeto desta contratação enquadra-se como bem de uso comum, por tratar-se da aquisição de telas interativas de grande formato e kits de videoconferências profissionais, amplamente disponíveis no mercado e devendo atender obrigatoriamente às especificações mínimas.

#### **3.1. TELA INTERATIVA**

- 3.1.1. Dimensão: Mínimo de 75" (setenta e cinco polegadas) aceitando 86" (oitenta e seis polegadas) ou superior, em formato widescreen 16:9;
- 3.1.2. Resolução: UHD 4K (3840 × 2160 pixels) nativa;
- 3.1.3. Tecnologia do painel: LED ou LCD resolução mínima 4K ou equivalente, com recurso Zero Air Gap (menor índice de reflexo e maior nitidez);
- 3.1.4. Brilho: Mínimo de 350 (trezentos e cinquenta) nits;
- 3.1.5. Contraste: Mínimo de 1.200:1 (um mil e duzentos para um);
- 3.1.6. Toque: Multitoque, no mínimo 20 (vinte) pontos simultâneos;
- 3.1.7. Sistema operacional integrado: Android (versão atualizada), com suporte a instalação de aplicativos;
- 3.1.8. Software de anotação incluso, com suporte a escrita, reconhecimento de formas, salvamento em PDF e exportação para e-mail/nuvem;
- 3.1.9. Conectividade: HDMI (mínimo 2), USB (mínimo 2 frontais e 2 traseiras), Wi-Fi integrado, Bluetooth e LAN;
- 3.1.10. Áudio: Sistema integrado com potência mínima de 20W RMS (estéreo) ou compatível com sistema de som externo;
- 3.1.11. Espelhamento de tela sem fio de dispositivos móveis (screen mirroring);
- 3.1.12. Suporte e atualização remota de firmware;
- 3.1.13. Compatibilidade: Sistema operacional Windows e Android integrado ou compatibilidade com OPS (Open Pluggable Specification);
- 3.1.14. Tempo de resposta: Máximo 8ms para interação fluida;
- 3.1.15. Ângulo de visão: Mínimo de 178º (H/V);
- 3.1.16. Vida útil do painel: Mínimo de 30.000 horas;
- 3.1.17. Fonte de alimentação: Bivolt automático (110V/220V);

- 3.1.18. Certificações: Anatel (para Wi-Fi e Bluetooth), ISO 9001 (qualidade) e ISO 14001 (meio ambiente) ou equivalente, garantindo qualidade e conformidade;
- 3.1.19. Revestimento antirreflexo e vidro temperado com dureza mínima de 7H;
- 3.1.20. Canetas interativas (mínimo de 2), controle remoto, cabos de energia e HDMI;
- 3.1.21. Garantia: Mínima de fábrica e suporte técnico adequado, de modo a assegurar a operação contínua durante sua vida útil prevista, preferencialmente com atendimento on-site;

**3.2. KIT VÍDEOCONFERÊNCIA**

- 3.2.1. Compatibilidade: MS Teams, Zoom e Google Meet, sem necessidade de drives adicionais;
- 3.2.2. Resolução da câmera: Mínimo FULL HD 1080p (preferencialmente 4K UHD), com Zoom digital e enquadramento automático;
- 3.2.3. Campo de visão  $\geq 90^\circ$ , com suporte a panorâmica digital (ePTZ);
- 3.2.4. Iluminação: Mínima 0.5 lux, com compensação automática de baixa luminosidade;
- 3.2.5. Microfones embutidos (mínimo de 4) com captação mínima de 6 metros de raio, omnidirecional, com redução de ruído e cancelamento de eco;
- 3.2.6. Alto-falante integrado ao kit ou externo, com potência mínima 10W RMS;
- 3.2.7. Conectividade: Compatível com USB plug and play, funcionando em plataforma padrão (Zoom, MS Teams, Google Meet, etc.) e outras de mercado;
- 3.2.8. Controle remoto incluso com funções de zoom, volume, mute e enquadramento ou aplicativo de gerenciamento para operação básica;
- 3.2.9. Base carregadora com acoplamento magnético e autonomia mínima de 8 horas em uso sem fio (opcional);
- 3.2.10. Suporte a atualização remota de firmware;
- 3.2.11. Certificações: Anatel para Wi-Fi e bluetooth, certificações internacionais IEC 62368-1 (segurança elétrica) e IEC/EN 55032 E 55035 (eletromagnético) ou equivalente;
- 3.2.12. Fonte de alimentação: Bivolt automático;
- 3.2.13. Cabos de USB de alta velocidade;
- 3.2.14. Manual em português;
- 3.2.15. Garantia: Mínima de fábrica e suporte técnico adequado, de modo a assegurar a operação contínua durante sua vida útil prevista, preferencialmente com atendimento on-site;

**4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:**

Para fins de estimativa do valor da contratação, foram solicitados pré-orçamentos junto a 5 (cinco) empresas do mercado, a saber: ACME3, BENQ, WECOM, TECMAERS e HOME4, que apresentaram propostas variando conforme especificações técnicas, dimensões das telas (75” e 86”), kits de videoconferência profissional e unidade de processamento (OPS).

As cotações recebidas foram organizadas em tabelas, permitindo identificar preços unitários referenciais por tipo de equipamento, como demonstrado no quadro abaixo:

Empresa	Tela 75”	Tela 86”		Kit Conferência	OPS	Itens adicionais

<b>ACME3</b>	R\$ 20.350,00	R\$ 23.700,00		R\$ 27.500,00 (Logitech: webcam, tap de mesa, microfone)	R\$ 9.700,00 (i5 12ª geração)	
<b>BENQ</b>	R\$ 25.000,00 – com certificação Google EDLA - Wi-Fi – Android 14	R\$ 30.000,00 - com certificação Google EDLA - Wi-Fi – Android 14		R\$ 3.600,00 (modelo DVY32)	R\$ 5.000,00 (i17 10 geração 8G memória/256 armazenamento – Win 11 TRIAL)	
<b>WECOM</b>	-----	R\$ 27.786,05		R\$ 14.730,80 (Kandao Meeting Ultra 360º)	R\$ 7.749,54 (i17, 2x8GB, 256GB)	R\$ 2.2325,14 (Pedestal HK 76), R\$ 523,37(Caneta), R\$ 882,22 (microfone) e R\$ 1.300,00 (instalação)
<b>TECMAKERS</b>	R\$ 18.500,00	R\$ 21.460,00		R\$ 25.000,00 (Webcam, C290e, Mic Pod, Tap IP Touch Screen)	R\$ 8.760,00 (i5 TMK 12400)	
<b>HOME4</b>	-----	R\$ 38.990,00 (com câmara) e R\$ 35.700,00 (sem câmara)		R\$ 4.890,00 (quando sem câmara)	R\$ 12.310,00 (com e sem câmara)	R\$ 3.290,00 (suporte para duas unidades)

**Telas interativas 75”:** valores entre R\$ 18.500,00 (Tecmakers) e R\$ 25.000,00 (BENQ).

**Telas interativas 86”:** valores variam entre R\$ 21.460,00 (Tecmakers) e R\$ 38.990,00 (HOME4).

**Kits de videoconferência:** valores variam entre R\$ 3.600,00 (BENQ-modelo DVY32 básico) e R\$ 27.500,00 (ACME3 – Logitech com microfone, Tap de mesa e Webcam).

**OPS (módulo de processamento integrado):** oscilam entre R\$ 5.000,00 (BENQ i17 10ª geração) e R\$ 12.310,00 (HOME4).

**Itens adicionais:** alguns fornecedores incluíram pedestais, microfones, canetas e instalação, o que impacta o valor total.

Quadro apresentando o acumulado das Telas Interativas + Videoconferência + adicionais

<b>Empresa</b>	<b>HOME4</b>	<b>Tecmakers</b>	<b>ACME3</b>	<b>BENQ</b>	<b>WECOM</b>	<b>Média</b>
<b>Tela 75" – R\$</b>	163.770,00	156.780,00	172.650,00	100.800,00	-----	<b>118.800,00</b>
<b>Tela 86" – R\$</b>	178.440,00	165.660,00	182.700,00	115.800,00	161.991,20	<b>160.591,24</b>

Considerando que a contratação envolve 3 (três) telas interativas de grande formato (86") e 3 (três) kits de videoconferência profissionais, com respectivos módulos OPS, optou-se por adotar como valor de referência a média aritmética dos preços unitários entre as empresas que apresentaram propostas completas, de modo a refletir a realidade do mercado.

Assim, o valor estimado total R\$ 160.591,24 (cento e sessenta mil, quinhentos e noventa e uma vinte e quatro centavos), incluindo impostos, frete e eventuais despesas de instalação.

Esta estimativa se fundamenta na pesquisa de mercado e em orçamentos de fornecedores nacionais, garantindo adequação orçamentária e economicidade, atendendo às necessidades institucionais.

## **5. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Conforme pesquisa prévia junto à Contabilidade, e-mail datado de 02/10/25 enviado por Marcos Antônio Peruzzolo, informa que há uma verba para a aquisição de 3 telas interativas e 3 kits de videoconferência para o CREA-RS.

**Conta: 6.2.2.1.1.02.01.03.002 – Máquinas e Equipamentos**

**Disponibilidade Orçamentária anual da rubrica: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).**

## **6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

6.1. O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

6.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência deste edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

6.3. Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## **7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

7.1. Fornecedor deverá efetuar a entrega e instalação dos equipamentos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar da emissão da Ordem de Compra. O prazo inclui o transporte, desembalagem, instalação, configuração e testes dos equipamentos, garantindo que todas as funcionalidades estejam plenamente operacionais.

7.2. Instalação assistida em 3 (três) salas distintas no mezanino do novo plenário, montados, testados e pronto para uso, conforme especificações do item 1 deste TR, na sede do CREA-RS, rua São Luiz, 77-Bairro Santana – Porto Alegre/RS.

7.3. O fornecedor deverá coordenar a logística de transporte para cada sala, garantindo a instalação completa de cada equipamento no local correto.

7.4. Os equipamentos deverão ser entregues novos, originais de fábrica, acompanhados de manual técnico, certificado de garantia e demais acessórios necessários para instalação e operação.

7.5. O fornecedor é responsável pelo descarte das embalagens e resíduos gerados durante a instalação.

7.6. A instalação deverá incluir configuração completa das telas interativas e kits de videoconferência, garantindo compatibilidade com a infraestrutura de rede do CREA-RS.

7.7. O fornecedor deverá realizar testes de operação em cada sala, assegurando que todos os recursos estejam funcionando plenamente antes da aceitação final.

7.8. A entrega será considerada concluída apenas após assinatura do Termo de Recebimento por responsável técnico do CREA-RS, atestando conformidade com as especificações e pleno funcionamento dos equipamentos.

7.9. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, on-site ou em assistência técnica autorizada, com cobertura nacional.

7.10. Manual e documentação técnica completa em português (preferencialmente) ou inglês.

## **8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observado o que segue:

8.1.1. Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente para as medidas cabíveis;

8.1.2. Competirá ao fiscal do contrato solicitar a CONTRATADA e seu(s) preposto(s), ou obter do CREA-RS, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução dos serviços e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

8.1.3. Competirá ao fiscal do contrato solicitar a CONTRATADA a correção das partes dos serviços executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações constantes neste instrumento;

8.1.4. Competirá ao fiscal do contrato encaminhar para a CONTRATADA, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução, e encaminhar à autoridade competente as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA;

8.1.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas. Na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos, em conformidade a Lei 14133/2021;

8.1.6. Em concordando com os itens entregues/serviços prestados, o fiscal do contrato deverá atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, para posterior pagamento.

8.1.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.1.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, mediante atesto recebimento dos serviços prestados pelo fiscal de contrato.

8.1.9. O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.

8.1.10. O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação

de sanções.

8.1.11. A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.1.12. Indica-se para a fiscalização desta contratação o funcionário **Gilmar Nascimento da Cunha, Matrícula 1540, Gerente de Tecnologia da Informação – GTIN.**

8.1.13. O Gestor deste contrato, automaticamente é o imediato superior da Área Solicitante, neste caso, a Gestora de Administração e Finanças – GAF.

## **9. CONDIÇÕES GERAIS - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. A CONTRATADA disponibilizará informações necessárias à execução deste contrato, tabelas de preços e tarifas relativas aos serviços, e fatura de cobrança com dados do contrato.

9.2. Caberá à CONTRATADA responsabilizar-se pelo sigilo e segurança das informações e documentos do CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizada em ações civis e criminais;

## **10. SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

## **11. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO / VISTORIA**

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. Não há necessidade de realização de vistoria.

## **12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

## **Multa:**

**É facultado à Administração promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe art.137 da Lei nº 14.133 de 2021.**

Para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

Para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.

12.3. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **13. DEVERES DA CONTRATADA:**

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos

à execução do objeto.

13.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

13.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

13.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### **14. DEVERES DA CONTRATANTE:**

14.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

14.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

14.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

14.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **15. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

15.1. *A contratada compromete-se cumprir fielmente a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionados:*

15.2. A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física (“Titular”) identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.

15.3. A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (“Tratamento não Autorizado ou Incidente”), bem como a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados

15.4. A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:

15.5. Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.

15.6. Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial

15.7. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta

15.8. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS

15.9. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis

15.10. Conservar os dados apenas durante o período necessário à celebração da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade

15.11. Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.

15.12. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade

15.13. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares

15.14. Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assuma, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal

15.15. A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido

15.16. A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação

15.17. O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.

15.18. A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor

15.19. A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

***Este Termo de Referência deve ser assinado pelo Setor Requisitante/Gerência, e assinado pela Autoridade Competente/Presidente como aprovação.***

**DE ACORDO, AUTORIZA-SE.**



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR NASCIMENTO DA CUNHA, Gerente**, em 02/10/2025, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SONIA MARIA DOS REIS MACHADO, Gestor(a) de Administração e Finanças**, em 03/10/2025, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 06/10/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **3393942** e o código CRC **FEA22532**.